

O Perigo é Vermelho e vem de Fora: O Brasil e a URSS

*The Menace is Red and Comes from Abroad: Brazil and
URSS.*

Rodrigo Patto Sá Motta¹

Artigo recebido e aprovado em novembro de 2007

Resumo:

O texto aborda aspecto menos conhecido das relações internacionais do Brasil, os contatos diplomáticos com os países socialistas, notadamente a União Soviética. O propósito é mostrar como o anticomunismo influenciou a política externa brasileira frente aos países socialistas, gerando desconfiança e constantes rupturas. Daí resultou relacionamento diplomático tumultuado, em especial durante o Estado Novo, quando a orientação anticomunista marcou fortemente as políticas do governo brasileiro.

Palavras-chave:

anticomunismo - URSS - relações internacionais

Abstract:

The text analyses an unusual aspect of Brazil's international relations, its diplomatic contacts with the socialist countries, mainly the Soviet Union. The aim is to show how anticommunism influenced Brazilian foreign policies towards the socialist countries, generating mistrust and constant diplomatic clashes. Brazil's diplomatic relations with the socialist bloc was unstable, particularly during the Estado Novo, when anticommunist values influenced sharply Brazilian government's policies.

Keywords:

anticommunism - USSR - international relations

¹ Departamento de História da UFMG. Autor dos livros: *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Fapesp/Perspectiva, 2002 e *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

Neste texto, a inserção do Brasil no contexto internacional será abordada a partir de ângulo pouco estudado: as relações mantidas com os países ditos socialistas, notadamente a União Soviética, que foi o mais influente entre eles e serviu de modelo para construção de diferentes experimentos socialistas. A análise não se restringirá às questões diplomáticas, mas abará outros aspectos das relações políticas (propaganda, representações anticomunistas) e culturais (produção de livros, divulgação da língua e cultura da URSS) envolvendo os dois países.

É preciso ressaltar, logo de início, que o trabalho não se prenderá a cronologias rígidas; partindo de 1917, a abordagem passará pelo Estado Novo e avançará até os anos da Guerra Fria, chegando até o regime militar, pois o tema é melhor compreendido por meio de enfoque de média duração. Não obstante o olhar mais abrangente, a década de 1930 e o período do Estado Novo constituem momento chave da análise, uma vez que foi durante aqueles anos que se solidificou no Brasil o anticomunismo, principalmente entre as elites sociais, políticas e burocráticas. E o temor ao comunismo foi uma das principais balizas norteadoras das políticas do Estado brasileiro em relação aos países socialistas. O trabalho tem como base publicações do autor sobre o fenômeno anticomunista, mas inclui reflexões novas e documentação recolhida durante estágio pós-doutoral no exterior².



Desde o início, as relações entre o Brasil e a União Soviética foram complicadas. O governo brasileiro recebeu positivamente a derrubada do Czar em fevereiro de 1917 e demonstrou simpatia pelo experimento republicano tentado durante os meses subsequentes na Rússia. Porém, o regime político que ascendeu com a insurreição bolchevique de outubro (novembro) de 1917 não inspirou a mesma simpatia e, no ano seguinte, o Brasil rompeu relações diplomáticas. Nessa decisão o governo brasileiro não estava sozinho, ao contrário, acompanhava ações semelhantes de outros países da área de influência européia. O radicalismo bolchevique, com seu projeto de revolucionar o mundo e destruir as classes dominantes tradicionais, naturalmente causava consternação à elite dirigente brasileira, particularmente tendo

² Entre setembro de 2006 e julho de 2007 estive vinculado à Universidade de Maryland, na região de Washington DC, com bolsa de pós-doutorado do CNPq. Durante esses meses fiz levantamento de documentos sobre o Brasil em arquivos norte-americanos (notadamente no National Archives and Records Administration), com ênfase no período do regime militar.

em vista a onda de greves em cidades industriais brasileiras no período 1917-1918. A existência de país com governo orientado para os interesses operários constituía perigoso mau exemplo para o proletariado brasileiro, e urgia evitar o risco de contágio.

A imprensa brasileira divulgou histórias terríveis sobre os eventos revolucionários, carregando nas tintas ao descrever as violências praticadas pelos seguidores do bolchevismo e, conseqüentemente, minimizando os atos praticados pelas tropas dos exércitos brancos em meio à guerra civil. Além das imagens de barbárie, que mobilizaram construções tradicionais da cultura européia sobre o mundo oriental, evocando representações sobre as "hordas asiáticas" e o "perigo turco", houve outro tema central nos ataques ao bolchevismo. A idéia de que cometera traição ao mundo ocidental.

Em outubro de 1917, o Brasil havia entrado na guerra ao lado dos países ocidentais e as posições antiguerreiras dos seguidores de Lenin representavam ameaça ao bloco militar ocidental. Ainda antes da sua chegada ao poder, nos meses iniciais de 1917, o líder dos bolcheviques foi retratado pela imprensa brasileira como espião alemão, um agente a soldo dos Impérios centrais para afastar a Rússia dos campos de batalha. Lênin retirou seu país do conflito para concentrar recursos na construção do experimento socialista, mas aos olhos ansiosos dos aliados ocidentais tal ato seria motivado pela intenção de aliviar a situação militar dos alemães, que passaram a lutar apenas na frente ocidental.

Durante os anos de 1920 a imprensa continuou publicando denúncias sobre o experimento bolchevique, embora de maneira mais esporádica, geralmente sob inspiração de eventos nacionais (greves, manifestações lideradas pelas esquerdas) ou internacionais como, por exemplo, aniversários da ascensão bolchevique ou histórias escandalosas de espionagem. A novidade nesse período foi o aparecimento e a circulação de livros de divulgação anticomunista, geralmente de origem européia. Coerentemente com a dinâmica das relações culturais do Brasil com o exterior nesse período, a maioria de tais obras fora escrita em francês. Pontuavam autores como Chessin, Istrati, Douillet, Marion e Béraud, entre outros³. Inicialmente, esses livros circularam em versão original, mas logo começaram a ser traduzidos e editados por casas de

³ Eis as referências completas: BÉRAUD, Henri. *O que vi em Moscou*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1931; CHESSIN, Sérgio de. *A Noite que vem do Oriente*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1932; DOUILLET, Joseph. *Moscovo sem Mascara*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1931; ISTRATI, Panait. *A Rússia Nua*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1931; MARION, Paul. *O paraíso Moscovita*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1931. Durante a Guerra Fria tal situação iria mudar e a língua franca do anticomunismo seria o inglês.

expressão no mercado da época, como Companhia Editora Nacional e Livraria Globo.

A revolução de 1930 tem sido questionada como marco balizador de nova era para o Brasil e é certo que a mitologia criada em torno do episódio merece de fato ser criticada. Entretanto, o contexto iniciado com a campanha eleitoral e as eleições de março de 1930 e, sobretudo, após o movimento armado de outubro do mesmo ano realmente estimulou o debate político e a busca de alternativas para o país. Uma geração de jovens políticos e intelectuais, alguns já com experiência de exercício de cargos durante a "República Velha", outros não, teve a oportunidade de ocupar lugares-chave no novo contexto, tanto no aparato do Estado quanto no debate público. Havia interesse em conhecer novas idéias e propostas para repensar os caminhos do Brasil e a produção editorial foi ao encontro de tais anseios, que expressavam diversos pontos de vista ideológicos.

Por representar uma das experiências mais ousadas em curso no momento a URSS atraiu renovada atenção, tanto de simpatizantes quanto de detratores. O fenômeno produziu verdadeiro surto editorial, gerando a publicação de diversos livros, alguns alcançando notáveis marcas de vendagem para os padrões da época. Uma novidade foi o interesse despertado pelas edições simpáticas ao experimento bolchevique, como os livros de Maurício Medeiros, Osório César, Caio Prado Jr., Cláudio Edmundo, entre outros⁴. *Rússia*, do médico e professor universitário Maurício de Medeiros tornou-se um marco, afinal, foi o primeiro relato de viagem de um brasileiro à União Soviética. Foi também o que encontrou maior sucesso de público, verdadeiro estouro para os padrões editoriais da época: a editora Calvino tirou seis edições sucessivas de Rússia, numa tiragem total de 24 mil exemplares!

Após 1930 o quadro político tornou-se mais propício ao aumento da militância comunista e uma das razões a explicar a tendência foi o aumento no interesse pela URSS. De fato, a União Soviética, ou ao menos as representações sobre ela ocuparam posição central na cultura comunista. Ela era divulgada em livros, jornais, discursos e na iconografia, sempre considerada como a "pátria" dos trabalhadores, primeiro lugar em que a promessa socialista havia sido concretizada. Na mesma medida em que o país dos bolcheviques ocupava o lugar de Meca dos

⁴ Eis as referências completas: Maurício Medeiros. *Rússia (Notas de viagem-impresões-entrevistas-observações sobre o regimen sovietico)*. Rio de Janeiro: Calvino, 1931; Osório César. *Onde o proletariado dirige*. São Paulo: s/ed., 1932; Caio Prado Jr. *URSS, um mundo novo*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934; Cláudio Edmundo. *Um engenheiro brasileiro na Rússia*. Rio de Janeiro: Calvino Filho, 1933.

revolucionários, para as forças conservadoras ele era o foco principal do mal. Nas representações anticomunistas a URSS tornou-se ponto central, recebendo ataques e críticas constantes dedicados a anular os efeitos positivos da propaganda da esquerda.

O aumento da importância da União Soviética no debate público brasileiro durante os anos iniciais do governo Vargas trouxe implicações diplomáticas. Na primeira metade de década de 1930, Getúlio Vargas cogitou da possibilidade de reconhecer diplomaticamente a URSS. A ala esquerda da coalizão que o elevou ao poder era favorável à troca de Embaixadores com os soviéticos, embora tivesse modesta influência no governo. Por outro lado, representantes diplomáticos da URSS no Uruguai e em outros países fizeram gestões junto ao governo brasileiro, tentando mostrar que a normalização de relações entre os dois países seria vantajosa para o Brasil⁵. O argumento principal era que o intercâmbio comercial abriria novos mercados para as exportações brasileiras, ainda combatidas devido à crise iniciada em 1929. Num contexto de fracas perspectivas para o comércio externo, a possibilidade de aumentar as exportações de café e outros produtos primários soava como sedutora tentação para alguns agentes econômicos. Além disso, os grupos simpáticos ao reconhecimento usavam em seu favor o fato dos Estados Unidos terem reconhecido a URSS em 1933. Se a grande potência capitalista e maior país das Américas aceitava ter relações com os soviéticos, por que razão o Brasil não poderia fazer o mesmo e seguir o exemplo?

Mas as pressões dos grupos contrários à aproximação com os soviéticos pesaram mais e o governo Vargas rechaçou a idéia. Dentro do aparelho do Estado as pressões contrárias vinham principalmente do Exército e do Itamaraty que, somadas à opinião anticomunista da Igreja tornaram-se formidável obstáculo. O argumento para derrotar o projeto seria usado outras vezes no futuro: as vantagens econômicas a serem obtidas com o reconhecimento da URSS não compensavam os riscos políticos, pois a presença de diplomatas soviéticos no país serviria de poderoso estímulo à infiltração comunista; as vantagens econômicas propaladas pelo governo comunista eram engodo para atrair os incautos, pois seu verdadeiro interesse era obter facilidades para fomentar a revolução.

Se durante os anos iniciais de seu governo Vargas pensou em aproximar-se da URSS, a chamada Intentona Comunista de novembro de 1935 sepultou qualquer possibilidade nessa direção. O evento teve

⁵ HILTON, Stanley. *Brazil and the Soviet challenge, 1917-1947*. Austin: University of Texas Press, 1991. pp.40-41

impacto profundo sobre a elite do país e consolidou os argumentos e valores contrários ao comunismo já em circulação previamente⁶. A Intentona de 1935 deu origem a uma grande onda anticomunista, que não se resumiu apenas à repressão e à censura, mas implicou a criação de mecanismos de propaganda e contrapropaganda visando a erradicar o risco de expansão das idéias revolucionárias no Brasil. As representações e instituições inspiradas na campanha contra o comunismo enraizaram-se e teriam impacto em eventos futuros.

A União Soviética ocupava lugar privilegiado nas representações anticomunistas, por razões evidentes. Ela era a fonte de inspiração e de apoio para os comunistas, que a viam como solo sagrado do socialismo. No proselitismo revolucionário a imagem da URSS era muito importante, pois ela significava que a utopia era possível, o socialismo era projeto viável e já estava em implantação em terras russas. Portanto, atacar tal imagem com representações contrárias era fundamental, para minar os esforços de propaganda dos revolucionários. Se a esquerda retratava ali o paraíso socialista, as forças contra-revolucionárias retrucavam com representações mostrando desgraças e barbárie, verdadeiro inferno.

Mas a URSS era perigosa não apenas por ser fonte para construção do imaginário comunista. Ela passou a ser vista, sobretudo depois de 1935, como potência agressora, Estado inimigo responsável por treinar, financiar e infiltrar agentes subversivos no Brasil, devotados à destruição da pátria e de seus valores básicos (religião, família e, dependendo do autor do discurso, a liberdade). Ela representava doutrina revolucionária "exótica" e contrária aos valores brasileiros e, simultaneamente, potência estatal agressora. O fato da polícia ter descoberto evidências da participação de estrangeiros no movimento (um grupo de agentes da Internacional Comunista) forneceu as provas necessárias para conferir consistência a acusações já divulgadas antes da comprovação factual. O ideário comunista e a URSS imbricaram-se de tal forma que tornou-se difícil distinguir um do outro e, da mesma forma, as campanhas contra o comunismo mesclaram a dimensão interna à externa.

Além de sepultar de vez qualquer chance de contato diplomático com a URSS, a onda anticomunista desencadeada em 1935 provocou outros impactos na política externa do governo brasileiro. Grande pressão foi exercida sobre o governo do Uruguai para que rompesse relações com a União Soviética. A Embaixada e o escritório comercial soviéticos

⁶ No século XIX houve manifestações discursivas esparsas contra o comunismo e o socialismo, mas foi depois de 1917 que tal tendência tornou-se forte. Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Perspectiva, 2002.

em Montevideu eram considerados pontos de difusão de recursos e orientação política para os comunistas brasileiros e as autoridades uruguaias acabaram acedendo ao desejo brasileiro. Outro desdobramento do contexto foi o estabelecimento de cooperação entre as polícias políticas de Brasil, Argentina e Uruguai para troca de informações e eventuais operações conjuntas de repressão aos revolucionários⁷. Tal política de cooperação entre países do Cone Sul na repressão aos revolucionários assemelha-se - e pode ter servido de precedente - à Operação Condor da década de 1970, embora a última tenha produzido violência muito maior.

No que toca às relações com os países centrais, o fragor combatente contra a "ameaça vermelha" deu força aos setores no governo e fora dele simpáticos aos Estados de orientação fascista, com que se identificavam pela luta contra o mesmo inimigo. Efetivamente, no período entre 1935 e 1939 o governo brasileiro estreitou laços com a Alemanha nazista, tanto políticos como econômicos. Acordos comerciais já vinham sendo firmados antes de 1935, mas o advento da Intentona consolidou tal tendência. Policiais brasileiros foram enviados para treinamento na Alemanha com objetivo de aprender como a Gestapo lidava com a ameaça comunista, e diplomatas foram convidados a tomar parte em congressos anticomunistas. A solidariedade anticomunista também foi a razão principal para a simpatia brasileira à causa franquista na Guerra Civil Espanhola. Cauteloso, Vargas deu apoio apenas discreto aos nacionalistas, mas, no íntimo, seu governo torcia pela derrota dos republicanos.

Como é bastante conhecido, o início da Segunda Guerra e as pressões do governo norte-americano levaram Vargas a reorientar sua política externa e os laços com os nazistas foram se esgarçando até o rompimento total, no início de 1942. O fato do Brasil ter declarado guerra às potências do Eixo em agosto do mesmo ano consolidou a nova situação diplomática, e trouxe constrangimentos à política anticomunista e anti-soviética em vigor. A URSS fazia parte da Grande Aliança contra os países do Eixo e, portanto, por vias indiretas, o Brasil tornara-se aliado do odiado e temido país dos soviets.

Uma das conseqüências do novo contexto foi o afrouxamento da repressão interna, mesmo porque os dirigentes comunistas mudaram de atitude em relação a Vargas, visto agora com olhar mais simpático por integrar a frente antinazista. A realização da Conferência da Mantiqueira em 1943 que reorganizou o Partido Comunista deve ser

⁷ HILTON, Stanley. *Brazil and the Soviet challenge, 1917-1947*. Austin: University of Texas Press, 1991. pp.96-101.

entendida como desdobramento da conjuntura. A esquerda aproveitou-se da ambigüidade da situação e das vacilações da ditadura para forçar as portas da repressão e da censura. Paulatinamente, editoras de esquerda começaram a publicar de novo, inclusive livros apologéticos à União Soviética, que, por sinal, alcançaram marcas expressivas de vendagem. Exemplo interessante é *O Poder Soviético*, do inglês Hewlett Johnson, publicado originalmente em 1943 pela editora Calvino. Em dois anos foram vendidas sete edições desse livro que exaltava as qualidades da URSS, e vários outros títulos com conteúdo favorável aos soviéticos se seguiriam⁸.

Os novos ventos geraram amarga consternação nos grupos conservadores, que viam suas opiniões combatidas e sua influência reduzir-se, ao passo que os odiados vermelhos voltavam à atividade. Mas, embora em recuo, tais grupos foram fortes o suficiente para retardar o inevitável: o reconhecimento diplomático do incômodo aliado, a URSS. Situação esdrúxula: o Brasil fazia parte da mesma aliança político-militar que a URSS desde 1942, mas só aceitou trocar Embaixadores com aquele país em abril de 1945, após longas *démarches* e negociações. Após 28 anos de existência do regime bolchevique o Brasil finalmente reconheceu diplomaticamente a URSS. Mas não por muito tempo.

O sentimento anticomunista estava ativo e bem assentado nos valores das elites e das classes médias, e o contexto de liberalização política avivaria os temores por ele evocados. A legalização do Partido Comunista foi outra das medidas liberalizantes do Estado Novo em seus estertores, e o crescimento rápido e intenso dessa organização (cerca de 10% de votos nas eleições de 1945), ao lado da eclosão de inúmeras greves e reivindicações sindicais só fizeram intensificar o medo ao perigo vermelho. A Guerra Fria forneceu aos grupos de direita nacionais suporte internacional para apoiar seus intentos repressivos, mas é equívocado o argumento de que a situação interna foi determinada pela externa.

O anticomunismo não precisava ser importado dos Estados Unidos, ele já existia previamente e possuía aderentes inflamados. O ardor de tais grupos provocou início precoce da Guerra Fria no Brasil, pois, enquanto o rompimento entre EUA e URSS deu-se em 1947, a perseguição à esquerda brasileira começou ainda em 1946, culminando na ilegalização do PCB em maio de 1947 e na cassação dos mandatos dos eleitos pela legenda em janeiro de 1948. Membros da extrema-direita chegam a criticar o governo dos Estados Unidos nesse momento,

⁸ Cf. MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A verdadeira pátria dos trabalhadores: a URSS e as edições comunistas. In: ABREU, Márcia & SCHAPOCHNIK, Nelson (org.). *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas: Mercado de Letras, 2005, pp.343-365.

vendo nele falta de vigor no combate ao comunismo⁹. A administração democrata naturalmente não gostava dos comunistas, mas não havia consenso sobre a melhor forma de lidar com o problema. Alguns membros do governo dos EUA, por exemplo, desconfiavam das políticas repressivas da extrema-direita, que freqüentemente combatia qualquer mudança social a pretexto de conter a revolução. A campanha contra o comunismo certamente tinha apoio norteamericano, mas isso não significa que todas medidas tiveram inspiração em Washington. Nesse sentido, a proscrição do Partido Comunista e o rompimento diplomático com a URSS não podem ser explicados como resultado de pressão direta dos EUA, afinal, nem os Estados Unidos chegaram a tanto.

O rompimento diplomático entre Brasil e URSS ocorreu em outubro de 1947, pouco mais de dois anos após o estabelecimento de laços, e deu fim a situação provisória e anômala, posto que o governo Dutra não desejava realmente solidificar tais relações. A ruptura foi ponto culminante de processo tenso iniciado em 1946, que ecoava a campanha do governo brasileiro contra o Partido Comunista. Não se pode dizer que os comunistas ou a URSS provocaram tal situação, pois a linha política seguida então era moderada e conciliadora. Era a época em que os líderes do PCB recomendavam aos trabalhadores apertarem os cintos para lidar com as dificuldades econômicas e sociais. Entretanto, como nem sempre eram ouvidos as greves estouravam assim mesmo e, malgrado suas ações contemporizadoras, os grupos conservadores responsabilizavam-nos pelo clima de intranquilidade social.

Considerado o contexto político não surpreende que conflitos diplomáticos com a URSS começassem logo a acontecer. Em dezembro de 1946, um dos diplomatas brasileiros em Moscou envolveu-se em briga no hotel em que estava hospedado. Trocou tapas com o maitre e acabou detido por seguranças, que o agrediram e algemaram¹⁰. Assim que foi solto, o enfurecido diplomata brasileiro quebrou vários objetos do hotel, causando ainda mais alvoroço. O governo soviético fez uma crítica oficial e exigiu indenização, gerando indignação nos círculos do Itamaraty.

Durante o ano seguinte houve novas ocasiões para desavenças, por exemplo, quando a imprensa soviética criticou severamente o Brasil

⁹ É interessante mencionar que esse foi um dos principais argumentos das críticas da oposição republicana, que acusava os democratas de serem *soft* no tratamento da ameaça comunista. Tal foi o principal ponto da campanha vitoriosa de Eisenhower em 1952, que arrancou os democratas do poder após 20 anos ininterruptos.

¹⁰ HILTON, Stanley. *Brazil and the Soviet challenge, 1917-1947*. Austin: University of Texas Press, 1991, p.203.

por cassar o registro legal do PCB, e quando diplomatas dos dois países trocaram farpas em debates na ONU, pois os soviéticos criticavam os brasileiros como lacaios a serviço dos EUA. A gota d'água ocorreu no início de outubro de 1947, por causa de artigo publicado em periódico moscovita. O artigo atacou violentamente o Exército e o General Dutra, acusados ambos de maior dedicação à defesa dos interesses da oligarquia cafeeira do que aos assuntos militares. Dutra foi rotulado de fascista, covarde e General do café. Os líderes soviéticos não fizeram qualquer esforço para abrandar o incidente, dando ao governo brasileiro justificativa suficiente para decretar o rompimento de relações.

A URSS estava proscria como parceira diplomática do Brasil, mas continuou muito presente no debate público, graças à Guerra Fria. A imprensa e a propaganda comunista continuaram a exaltá-la, assim como a Stalin, e a grande imprensa, por seu turno, a maldizê-la em seu noticiário internacional.

Os governos que se seguiram a Dutra eram menos tocados pela paixão anticomunista, mas como o assunto das relações com a URSS virou tabu tornou-se delicado rever a questão. Com o recrudescimento das tensões leste-oeste (corrida nuclear, Guerra da Coreia etc) novos complicadores se agregaram ao tema, aumentando o ônus para quem desejasse colocar em discussão a medida tomada por Dutra. No entanto, se de um lado a dinâmica da Guerra Fria fomentou o alinhamento com os Estados Unidos e o afastamento dos países socialistas, por outro lado estimulou a sensibilidade nacionalista de setores insatisfeitos com a subordinação à potência norte-americana. A força do nacionalismo ascendente colocou em xeque a política de aliança estreita com uma das potências que polarizava o mundo, e disseminou o argumento de que estabelecer relações com o bloco socialista interessava ao Brasil. A justificativa era a mesma apresentada nos anos de 1930: valia a pena deixar de lado as divergências ideológicas para beneficiar-se das oportunidades comerciais oferecidas por novos mercados. Conseqüência esperada da aproximação com os soviéticos era a diminuição da dependência econômica em relação aos Estados Unidos, obtendo-se assim, melhores condições de barganha para os negócios brasileiros. Além disso, ao reduzir a dependência econômica haveria melhores condições para obter independência política em relação à grande potência do norte.

O debate sobre aproximação com o "segundo mundo" encontrou boa acolhida no governo de Juscelino Kubitschek e ele começou negociações visando a aumentar o comércio com o leste, em meio a debate que envolveu a imprensa e os círculos políticos. Dada a polêmica

criada e querendo evitar entrar em choque com os setores (dentro e fora do Estado) que se opunham ao reatamento diplomático¹¹, Kubitschek encontrou uma solução de compromisso. Decidiu estreitar relações comerciais com a URSS e para isso foi enviada a Moscou, em fins de 1959, missão econômica que assinou acordos comerciais com aquele país. Porém, resolveu-se adiar o conflito com os setores da direita para o futuro, ao postergar a questão do restabelecimento de laços diplomáticos propriamente ditos¹².

No governo seguinte, o argumento nacionalista influenciou de maneira ainda mais intensa a política externa do Brasil. Jânio Quadros apropriou-se do tema - esperto, ele percebeu o potencial político-eleitoral envolvido - e lançou a chamada Política Externa Independente. João Goulart aprofundou a linha e concretizou medida que já vinha sendo negociada por Quadros, ato carregado de intenso simbolismo. Ele reatou relações diplomáticas com a URSS em novembro de 1961, quatorze anos após o rumoroso rompimento no governo Dutra. Previsivelmente, foi aplaudido pela esquerda e os nacionalistas, mas execrado pela direita.

Os soviéticos aproveitaram a conjuntura favorável para fazer trabalho de relações públicas, buscando melhorar sua imagem e conquistar simpatia. Sua intenção era reduzir os efeitos de décadas de propaganda anticomunista. Entre 1961 e 1962 foram tomadas algumas iniciativas: o famoso cosmonauta Iuri Gagarin foi enviado em turnê publicitária, organizaram-se mostras de cultura e filmes soviéticos e foi preparada uma Exposição Soviética no Rio de Janeiro, para mostrar as realizações técnicas e econômicas da potência do leste. Com o estabelecimento de relações diplomáticas normais com o Brasil, os soviéticos ganharam melhores condições para disputar com os Estados Unidos a simpatia dos brasileiros. E eles estavam em desvantagem, pois desde a "política de boa vizinhança" da época da Segunda Guerra os EUA financiavam programas voltados ao estreitamento de laços com o Brasil, nas áreas educacional, técnica e cultural. Com a recém conquistada liberdade de movimentos, a URSS implantou programas para facilitar o aprendizado da língua russa, principalmente através dos Institutos Culturais Brasil-URSS (ICBUS). Além disso, firmaram-se convênios para envio de estudantes brasileiros à União Soviética, geralmente para a

¹¹ O tema era polêmico e dividia a sociedade de maneira geral. Segundo pesquisa encomendada pelo escritório do United States Information Service (USIS) em 1959, cerca de 40% dos brasileiros eram contra o reatamento com a URSS, contra 35% que se mostravam a favor. RG 306, caixa 3, pasta 6. Dezembro de 1959. National Archives and Records Administration. College Park, MD, USA. (NARA II).

¹² MOURA, Gerson. Avanços e recuos: a política exterior de JK. In GOMES, Angela de Castro (org.). *O Brasil de JK*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p.61.

Universidade Para a Amizade dos Povos Patrice Lumumba (UAPPL)¹³. Vale ressaltar que outros países do bloco socialista também aumentaram sua atuação no Brasil, notadamente Cuba e Checoslováquia.

Uma das razões para a derrubada do governo Goulart foi precisamente sua política externa, muito próxima dos países socialistas na opinião da direita, pois além de ter readmitido os soviéticos no Brasil a diplomacia de Jango mostrou-se simpática aos interesses cubanos. Esse foi um dos pontos da campanha anticomunista deslanchada contra o governo, acusado de permitir a infiltração da esquerda revolucionária em toda parte, no Estado e organizações sociais. De fato, a convicção de que estava em jogo impedir tentativa de assalto comunista ao poder foi a motivação maior de muitos dos apoiadores e perpetradores do golpe.

Dado o ânimo dos vitoriosos de 1964 não surpreendeu a ninguém a onda de perseguição à esquerda deslanchada após o 31 de março, e o é tema conhecido. Menos conhecida, mas igualmente importante é a dimensão internacional do fenômeno, sua influência sobre as relações internacionais do Brasil.

De início, deve ser destacado que a repressão policial atingiu também alguns representantes dos países socialistas no Brasil. O caso mais rumoroso envolveu um grupo de chineses que se encontrava no país negociando a abertura de relações comerciais e diplomáticas entre os dois países. A polícia carioca prendeu os 9 integrantes da missão chinesa e mais um grupo de brasileiros acusado de estar em conluio com eles. Como não havia relações diplomáticas com a China a situação desses cidadãos foi a mais delicada entre os representantes de países socialistas, e consta terem sido submetidos à tortura. O governo chinês protestou e conseguiu apoio de outros governos do oriente e da África, que igualmente manifestaram seu desagrado pelo tratamento dado aos chineses.

Os diplomatas norte-americanos, que demonstraram muito interesse pelo tema, em sua correspondência referiam-se ao grupo como os "9 chicoms". Cogitou-se a troca dos chineses presos no Brasil por prisioneiros norte-americanos na China ou na Coréia do Norte, em atitude que marcaria a solidariedade brasileira para com os EUA. Mas o Departamento de Estado opinou que tal gesto seria usado pela propaganda comunista para denunciar laços de vassalagem do Brasil com os Estados Unidos, e sugeriu que mais útil para o "mundo livre"

¹³ Ressalte-se que estamos tratando apenas de acordos formais. Clandestinamente, a URSS recebia brasileiros para treinamento desde os anos de 1920, mas tratava-se de militantes selecionados pelo PCB.

seria comprovar o envolvimento do grupo em subversão ou espionagem e obter condenação judicial¹⁴. Coincidência ou não, tal foi o rumo dado ao processo: colocados em julgamento os 9 chineses foram considerados culpados de espionagem e condenados a dez anos de prisão, junto a três brasileiros acusados de cúmplices, apesar dos protestos do advogado Sobral Pinto, que considerou o processo uma farsa montada pelo governo¹⁵. Obtida a repercussão pública desejada, o Presidente Castelo Branco decidiu deportá-los no início de 1965, mas sem indulto ou perdão, como desejava a defesa¹⁶.

Ocorreu outro episódio relacionado a acusações de espionagem, dessa vez envolvendo diplomata da Tchecoslováquia, Zdenek Kvita, que ocupava o posto de segundo secretário da Embaixada do seu país. Ele foi detido por agentes do DOPS carioca em maio de 1964, quando tentava obter documentos secretos de suposto informante, na verdade agente policial. O agente da polícia estava fingindo vender a Kvita informações secretas, como a planta da Refinaria Duque de Caxias e os planos brasileiros para monitorar Embaixadas dos países socialistas. Os diplomatas norte-americanos que acompanharam o caso ironizaram a situação de Kvita, a quem conheciam de encontros em recepções diplomáticas. O diplomata Tcheco não gostava de morar no Brasil, país que considerava atrasado e primitivo. Paradoxalmente, comentaram os norte-americanos, o espião foi descoberto e exposto pela primitiva polícia carioca, certamente um vexame para ele. Após a detenção e rápido interrogatório ele foi convidado a abandonar o país, após ser declarado *persona non grata* pelo governo brasileiro¹⁷. Kvita deixou o país poucos dias depois, acompanhado da família.

Parece estranho o desfecho desse caso em comparação ao dos chineses, pois o tratamento brando dado ao tcheco contrasta com a existência de provas mais concretas contra ele, enquanto os representantes da China comunista amargaram cadeia durante um ano com base em

¹⁴ RG 59, caixa 1944, pasta 1. 29-04-1964. National Archives and Records Administration. College Park, MD, USA. (NARA II).

¹⁵ RG 59, caixa 1943, pasta 3. 22-12-1964. NARA II. Houve outro caso de prisão de chineses, desta vez mais pitoresco, para não dizer ridículo. No calor da operação-limpeza que se seguiu ao golpe, o DOPS de Minas Gerais, sob o impacto da prisão da missão chinesa no Rio de Janeiro, deteu para averiguações o único chinês que vivia em Belo Horizonte naquela época. Mas ele foi solto em seguida quando se percebeu que era apenas o dono do restaurante chinês da cidade. RG 59, caixa 1943, pasta 5. Relatório do Consulado dos EUA em Belo Horizonte sobre a operação-limpeza. 22-04-1964. NARA II.

¹⁶ RG 59, caixa 1944, pasta 1. 27-02-1965. NARA II.

¹⁷ RG 59, caixa 1944, pasta 4. 08-06-1964. NARA II. Os relatórios norte-americanos dizem que a polícia também denunciou um jornalista tcheco, mas nesse caso não havia provas e apenas a intenção de aumentar a repercussão do caso.

evidências frágeis. A explicação, penso, deve ser creditada à natureza diferente das relações do Brasil com a China e com a Europa oriental. No caso da China não havia relações diplomáticas nem intenção dos militares em estabelecê-las, portanto não havia custo diplomático em criar conflito para efeito de propaganda anticomunista. Com a Tchecoslováquia a situação era diferente, pois o Brasil mantinha relações com todos os países da Europa oriental e, em que pese a preocupação em evitar a infiltração comunista, não desejava cortar tais laços. Portanto, a expulsão do suposto espião checo foi considerada medida suficiente.

Com a vitória do golpe o governo soviético temeu pela segurança de suas instalações e de seu pessoal no Brasil. Afinal, o DOPS carioca havia invadido a seção cultural da legação da Hungria no Rio de Janeiro nos primeiros dias de abril, numa demonstração de que as imunidades diplomáticas poderiam ser desrespeitadas¹⁸. Além disso, as autoridades navais detiveram um petroleiro soviético no porto do Rio de Janeiro, por suspeitar que transportava armas para os comunistas. Não foram localizadas armas, mas os oficiais queriam encontrar documentos comprometedores e pressionaram o capitão do navio a abrir o cofre da embarcação. O caso levou as autoridades soviéticas a procurarem o Embaixador brasileiro em Moscou, reclamando respeito aos cidadãos do seu país e o atendimento das normas internacionais. Desejando evitar maiores polêmicas, o Ministro das Relações Exteriores (Leitão da Cunha) interferiu no caso e conseguiu a liberação do navio de bandeira soviética, que ficou retido por 48 horas¹⁹.

Passado o impacto inicial das operações de repressão desencadeadas pelo golpe chegou o momento de definir a política externa do novo regime. Ponto básico da nova orientação foi o abandono da Política Externa Independente dos governos anteriores e a busca de alinhamento fiel aos Estados Unidos, visto como líder do mundo livre. Outro elemento chave da política externa dos militares, aliás umbilicalmente ligado ao anterior: a luta contra o comunismo, encarado como ameaça ao mesmo tempo interna e externa. Nesse sentido é que deve ser compreendido o rompimento diplomático com Cuba, em maio de 1964²⁰, e o envio de tropas brasileiras para participar da intervenção

¹⁸ O ato provocou protesto oficial do governo da Hungria. RG 59, caixa 1944, pasta 4. Relatório da Embaixada dos EUA no Brasil, 01-07-1964. NARA II.

¹⁹ RG 59, caixa 1945, pasta 4. 05-05-1964. NARA II. Essas informações constam de relatório da Embaixada norte-americana em Moscou, após conversas com o Embaixador brasileiro na URSS.

²⁰ O argumento é que Cuba vinha interferindo nos assuntos internos do Brasil e outros países latino-americanos, notadamente a Venezuela, ao fomentar a ação de grupos armados.

norte-americana na República Dominicana, exatamente um ano depois, justificada pelo governo Castelo Branco como ação profilática de natureza anticomunista.

Relações intensas com os Estados Unidos e frias com a URSS, essa era em síntese a política externa brasileira. Mas a orientação diplomática frente aos países socialistas combinou a convicção anticomunista ao pragmatismo, num arranjo intrincado e por vezes tenso. Atitudes baseadas apenas no anticomunismo marcaram as relações com Cuba e a China, mas no que toca à Europa oriental e à URSS os compromissos ideológicos dos militares e seus aliados foram atenuados por interesses comerciais e políticos. O governo Castelo Branco queria conter a influência dos países e das idéias socialistas no Brasil, mas não desejava romper relações diplomáticas com a Europa do leste. Isso gerou uma situação curiosa, e desagradável para os setores mais intransigentes da direita: as atividades culturais dos soviéticos eram monitoradas, mas não inteiramente proibidas. Mostras de cultura (cinema, literatura etc) dos países socialistas continuaram a ocorrer esporadicamente, assim como permaneceram funcionando algumas entidades bilaterais dedicadas à divulgação das línguas daqueles países. Embora em menor número do que no período pré-golpe e sempre vigiados pelo Itamaraty e os órgãos de informação, estudantes brasileiros continuaram seguindo para países do bloco socialista²¹.

O pragmatismo devia-se a interesses comerciais e motivações político-diplomáticas. Em 1965 o Brasil exportava cerca de 90 milhões de dólares para a Europa oriental, com um superávit de aproximadamente 20% desse valor. Os países socialistas estavam longe de constituir-se nos maiores parceiros comerciais do Brasil, mas também não era montante a ser desprezado. Por isso a decisão de Castelo Branco de enviar o Ministro Roberto Campos a Moscou em setembro de 1965, uma demonstração de que seu governo desejava manter laços econômicos normais com a área de influência soviética. Entretanto, tão ou mais importante que os mercados da Europa oriental era a influência que a União Soviética exercia em certas regiões do mundo, notadamente entre os países "não-alinhados". Manter relações corretas com os soviéticos era estratégico em vista da inserção internacional do Brasil e o contrário, ou seja, o rompimento com a URSS poderia trazer dificuldades diplomáticas e comerciais com alguns países do terceiro mundo.

²¹ RG 59, caixa 1944, pasta 4. Relatório da Embaixada dos EUA no Brasil, 02-08-1965. NARA II. Segundo estimativas do Itamaraty havia cerca de 200 brasileiros estudando em países socialistas em 1966, cerca de 80 deles na URSS.

A posição do governo brasileiro foi explicada aos norte-americanos pelo chefe da Divisão de Europa Oriental e Ásia do Itamaraty, em junho de 1966. O governo do Brasil acabara de enviar nota de protesto à URSS por ter permitido a participação de representantes do clandestino Partido Comunista Brasileiro em evento oficial em Moscou, em que fizeram críticas violentas à ditadura. O Itamaraty considerava tal atitude inaceitável e esperava que os soviéticos reconhecessem o erro e mudassem de atitude; com isso o governo brasileiro pressionava os soviéticos a não darem apoio aos comunistas brasileiros, mas sem intenção de criar atritos sérios. Nas palavras do diplomata brasileiro em conversa com os colegas norte-americanos, a intenção era convencer a URSS de que não valia a pena fomentar a subversão no Brasil, pois interesses comerciais comuns poderiam ser prejudicados²².

Isso é interessante para mostrar que o pragmatismo já era parte da política externa do regime militar desde a gestão Castelo Branco, e não foi exatamente uma inovação adotada por gestões posteriores, como muitas vezes se pensa. É verdade que os governos Costa e Silva, Médici e Geisel adotaram postura diplomática diferente em relação ao período Castelo Branco, por demais preso aos interesses norte-americanos. Sua fidelidade aos EUA foi criticada tanto à esquerda quanto à direita, e nos governos seguintes viu-se uma tendência de paulatino distanciamento e busca de maior autonomia em relação ao aliado do norte. Mas no que tange aos países socialistas a orientação pragmática já fazia parte da estratégia do primeiro governo militar, mesmo que tenha sido mais enfatizada pelos seguintes.

A partir de Costa e Silva a diplomacia brasileira buscou diversificar a pauta de relações internacionais e diminuir a dependência em relação aos Estados Unidos, processo que colocou em foco a abertura de novas oportunidades no Terceiro Mundo, notadamente na Ásia e África. E para viabilizar parcerias comerciais mais amplas tornava-se necessário deixar para segundo plano o compromisso com os valores anticomunistas, posto que muitos países das regiões cobiçadas pertenciam à área de influência do bloco socialista. O pragmatismo na política externa chegou ao auge na gestão Geisel, que em busca de novos mercados para exportação de produtos manufaturados e melhores condições para acesso ao petróleo tomou iniciativas marcantes e polêmicas: estabeleceu relações diplomáticas com a China, votou a favor de resolução da ONU

²² RG 59, caixa 1944, pasta 4. Embaixada dos EUA no Brasil, 05-08-1966. NARA II. A Divisão do Itamaraty responsável pela Europa Oriental e Ásia ocupava-se de monitorar as ações dos países do bloco comunista no Brasil, como as transmissões de rádio, por exemplo.

considerando o sionismo uma forma de racismo (além de várias outras medidas simpáticas ao mundo árabe) e foi dos primeiros a reconhecer o governo marxista da recém-independente Angola²³.

Evidentemente, as ações simpáticas ao campo socialista no plano internacional não tinham correspondência imediata na política interna. A repressão à esquerda brasileira foi mantida, posto que os militares continuavam empenhados em proteger o Brasil da ameaça revolucionária. A questão é que o setor pragmático da elite militar achava possível compatibilizar as duas políticas: manter boas relações com governos de esquerda mas tratar os esquerdistas nacionais como inimigos. Porém, não havia consenso quanto a essa estratégia. Grupos da extrema-direita civil e militar não concordavam com a abordagem pragmática da diplomacia, a seu ver incompatível com os compromissos anticomunistas da "Revolução", e fizeram pressão contra o governo Geisel para reverter sua orientação internacional. Para tais setores, Geisel e seu grupo estavam se rendendo à influência da esquerda, que segundo eles havia se infiltrado no próprio governo! A voz dos descontentes, que se encontravam alojados principalmente nos órgãos de segurança e informações foi o Ministro do Exército Sylvio Frota, que mesclou seu desejo de poder (ser o sucessor de Geisel) com convicções anticomunistas²⁴. A derrota política de Frota e seu afastamento do comando do Exército, em 1977, resultaram num recuo da extrema-direita militar e na continuidade do pragmatismo diplomático.



Nos anos de 1980 feneceu o regime militar brasileiro, culminando a lenta transição à democracia iniciada na gestão Geisel. Simultaneamente, em processo com linhas convergentes, também perdeu sua força de agregação a polarização comunismo-anticomunismo, que havia fornecido pano de fundo ideológico para o golpe e a ditadura. Durante esses anos a URSS continuou importante para a esquerda, embora desta feita mais como mau exemplo do que como modelo a ser seguido. Ainda que muitos à esquerda continuassem vendo em 1917 um marco fundador, a maioria dos socialistas (e o grupo parece ter crescido muito nos anos de 1980, majoritariamente influenciado pelo recém-fundado Partido dos

²³ VIZENTINI, Paulo F. *A política externa do regime militar brasileiro*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1998. pp.238-258.

²⁴ Frota divulgou um relatório da inteligência militar que apontava nomes de supostos comunistas ocupando cargos públicos. Sobre as opiniões de Frota em relação à política externa de Geisel ver suas memórias: *Ideais traídos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

Trabalhadores) entendia que o socialismo real traía suas origens e pouco tinha de efetivamente socialista.

A esquerda pró-soviética tornou-se diminuta e a URSS perdeu o halo de Meca da Revolução, inclusive para os inimigos à direita. Gorbachov, de início, pareceu capaz de renovar a matriz bolchevista e dar-lhe novo fôlego, mas o fenômeno foi efêmero. O conteúdo socialista de sua mensagem era tênue a ponto de permitir a apropriação do comunismo como objeto de consumo. Lembro-me, no fim dos anos de 1980, que griffe brasileira famosa passou a vender camisetas *fashion* decoradas com foices e martelos.

Acabou-se a União Soviética e com ela a imagem do inimigo externo acalentada durante décadas pela direita, embora permaneçam em atividade pequenos grupos de combatentes anticomunistas. E o projeto que ela representava também não possui a mesma força de atração, embora existam ainda grupos de orientação comunista. Significativamente, líderes atuais à frente de projetos afinados com a esquerda, como Hugo Chávez e Evo Morales, têm buscado referências e inspiração em outros mitos.

E, em mais um paradoxo, numa história recheada deles, o Exército brasileiro, grande esteio do anticomunismo que buscou apoio nos EUA para combater os vermelhos e proteger-se da ameaça soviética, agora, à busca de novos inimigos, tende a ver nos mesmos Estados Unidos potencial ameaça pairando sobre a Amazônia...